



Anais da Assembléia

Nº 97

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1981

ANO VII

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 90.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1981

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e David Cheriegate.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edison Alencar, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei n.º 43/81, de autoria deste Parlamentar, que estabelece doação de terreno para a Colônia de Pescadores de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, do Senhor ÍRIO BRESSAN.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário dê-se ciência à família enlutada, através da Senhora JOSEMARI BRESSAN.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto plenário, REQUER seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor MÁRIO COELHO, ocorrido em 18 de agosto, nesta Capital.

Outrossim, requer que, da decisão da casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa de sua esposa, Senhora Amélia Coelho.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando a faculdade que lhe é proporcionada pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de veemente apelo ao ilustríssimo Senhor Armando de Oliveira Strambi, Superintendente dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, no sentido de sensibilizar esta autoridade para o gravíssimo problema hoje ocorrente no Rio Xambrê, cujo represamento, ao invés de proporcionar lazer com o advento de uma praia artificial, veio acrescer os percalços da população que de suas águas se utiliza, em face da crescente poluição que as tornam impraticáveis à diversão e prejudiciais à saúde.

Atualmente, o mau cheiro exalado pelas águas da represa, mesmo conhecidas as fontes poluidoras, não tem merecido fiscalização adequada, provocando mal estar e moléstias em tantos quantos se servem do represamento, tornando-se perigo violento para moradores ribeirinhos, em especial para as crianças.

De nada adianta a aplicação de multas à Empresa responsável pela poluição, vez que, pouco tempo após a sanção administrativa, a situação retorna a sua antiga posição.

Assim, urgente se torna a aplicação de medidas mais drásticas por parte do órgão fiscalizador, tendentes à colocação de paradeiro final nesta situação insustentável.

Desta forma, constitui dever inafastável desta Assembléia vir a público denunciar a gravidade do problema e cobrar, intransigentemente, a imediata solução, que reflete, em última análise o anseio de significativa parcela da população de nosso Estado, que não pode ficar, jamais, à mercê desta terrível situação, ocasionada pela irresponsabilidade de alguns e em detrimento de toda uma comunidade.

Outrossim, requer, ainda, seja o presente apelo enviado ao Sr. Superintendente da SUREHMA, em seu inteiro teor, com cópia ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, Dr. Renato Johnsson e ao Editor do Jornal "Umurama Ilustrado", em cuja publicação, anexa, nos baseamos.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor OSCAR ALVES, Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, contendo votos de congratulações, pelo brilhantismo verificado quando da realização no último dia 15 do corrente mês, da campanha de vacinação contra a Poliomielite, votos estes exten-

sivos a todos os funcionários daquela Secretaria e demais pessoas e entidades que espontaneamente participaram neste trabalho, dando desta forma, a sua parcela de contribuição, na ajuda para que o Estado do Paraná alcance um dos primeiros lugares na erradicação da Paralisia Infantil, que tantos males têm causado às nossas crianças.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vamos transcrever aqui, aquilo que realmente seria merecedor, em termos de elogios a uma equipe que tão bem soube desempenhar o seu trabalho, e que teve à sua frente, o titular da Pasta da Saúde no Estado do Paraná, levando o seu incentivo, a todos aqueles que no decorrer de 12 longas horas de exaustivo trabalho contribuíram para a erradicação da Poliomielite em nosso Estado, e porque não dizer em nosso País.

A eles nossos parabéns.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de telex ao Sr. Ministro das Minas e Energia, aos integrantes do Conselho Nacional de Petróleo, aos dirigentes da PETROBRÁS, encarecendo que seja prontamente incluído o xisto entre os recursos do monopólio estatal do petróleo, até para atender o verdadeiro espírito da lei específica e do que consta da Constituição sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER com urgência, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e Cultura e ao Governador do Estado do Paraná, solicitando que regularize o pagamento dos professores lotados no Município de Toledo, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, especialmente daqueles que não percebem seus vencimentos desde o ano de 1980.

Requer envio de cópia à Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

A Administração Estadual estabeleceu como meta prioritária "um Governo voltado para o Homem."

Esqueceu-se o Governador que o professor é um ser humano e, como tal, necessita da condição de sobrevivência.

As mínimas, pelos menos, para viver com dignidade.

Conforme informações de Vereadores toledanos, existem no município professores regidos pela CLT que não percebem sua remuneração desde o final do ano passado.

Com o custo de vida que sobe dia-a-dia, os salários desses educadores, corroídos pela inflação, não valerão nem a metade. Talvez, menos que isso.

Os responsáveis por esses professores no âmbito regional, continuam impossíveis diante desse gritante problema.

Resta, pois, apelar para os responsáveis pela educação e pela garantia dos direitos individuais do cidadão paranaense, que tomem, com urgência, as medidas para solucionar mais este problema.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, regimentalmente, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, General NEY BRAGA, no sentido do mesmo encaminhar a esta Assembléia Legislativa mensagem visando a revogação do Art. 3.º, da Lei n.º 7.317, de 28 de maio de 1980.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

SÚMULA:

REQUER, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Agricultura, autorização desta augusta Casa de Leis, parra representar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e desta forma atender a convite encaminhado àquela Comissão, no I ENCONTRO SOBRE A PEQUENA PRODUÇÃO NA AGRICULTURA, a se realizar na Cidade de Ponta Grossa, no período de 24 a 27 do corrente mês e ano, promovidos pelo IAPAR — Instituto Agrônômico do Paraná, e pelo IPARDES — Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme convite em anexo.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização para participar do "I ENCONTRO SOBRE A PEQUENA PRODUÇÃO NA AGRICULTURA", conforme o exposto acima, sem ônus para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 84/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, ao MEMORIAL JK, um auxílio de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para a sua construção.

Art. 2.º — A despesa decorrente da execução desta lei, correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A preservação da memória dos homens que conduziram o País aos seus caminhos mais legítimos de progresso e desenvolvimento, é preocupação crescente.

JUSCELINO KUBISCHEK, com a construção de memorial em Brasília, recebe o reconhecimento do povo brasileiro por sua obra e pelo muito que representou para o povo desta Nação, conduzindo-a com firmeza e segurança.

É justo, que todas as unidades da federação contribuam com alguma parcela na edificação do monumento-homenagem, motivo pelo qual nos vimos na quase obrigação moral de participarmos dessa iniciativa, na forma preconizada por este projeto de lei, que por certo obterá apoio unânime desta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 85/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Serviço Social de Obras, "SOS" de Cornélio Procópio, é uma entidade com sede e foro na mesma cidade, e foi fundado com o objetivo principal de prestar serviços de caráter benéfico e sem fins lucrativos.

Atende de maneira geral as famílias necessitadas, sem distinção de raça, cor, sexo, idade ou religião.

Pelos relevantes serviços que vem prestando à coletividade de Cornélio Procópio, a Câmara Municipal já a reconheceu como de utilidade pública, na esfera municipal.

Assim, apresentamos o presente projeto, aos nossos Pares, esperando que se lhes dê o devido apoioamento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidélcio Tolentino,

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para justificar um requerimento que endereço à Mesa.

E a justificativa se constitui nos seguintes termos: "no mês de maio do ano passado, foi sancionada uma lei que levou o n.º 7.317, a qual foi aprovada por este Poder.

E, na referida lei, em seu artigo 3.º, estabelece que os membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, contaram 15 anos de serviço público, independentemente, ou sem tê-los prestado, e, para tanto, faz-se remissão neste referido artigo 3.º, dos termos da Lei n.º 7.297, em seu artigo 11, de 8 de janeiro de 1980, que é a lei que constituiu o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Neste sentido, Sr. Presidente, nós estamos nos valendo de um direito e de um dever que temos como Deputado, como representante do povo, para formularmos um apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo encaminhe a esta Casa - porque é de sua exclusiva competência - uma mensagem, visando revogar este artigo 3.º, da Lei n.º 7.317/80.

E, se assim entendemos, o fazemos diante de determinados argumentos.

Não somos nós, em primeiro lugar, que entendemos que esta lei não só é inconstitucional, como também imoral.

O próprio Conselheiro Rafael Iatauro, do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no voto que proferiu, quando do pedido de aposentadoria do auditor Emílio Hoffmann Gomes, firmou entendimento de que era inconstitucional requerer um pedido de aposentadoria, tendo como base os termos deste referido artigo 3.º. Tanto é que, neste sentido, o Conselheiro Rafael Iatauro, encaminhou representação à Procuradoria Geral da República, visando anular o artigo 3.º da supra mencionada Lei n.º 7.317.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na medida em que o Tribunal de Contas do Estado passa a usar uma lei que já fora instituída no primeiro Governo Ney Braga, e que em 68 fora revogada, dado seus aspectos inconstitucionais e imorais, vem novamente ser aprovada e sancionada pelo Sr. Governador Ney Braga, novamente.

Nós não podemos, de sã consciência, Srs. Deputados, aceitar isso, passivamente, ou simplesmente, nos omitirmos de analisar o que efetivamente representa essa supra citada lei. O que representa é que uma pessoa que venha a ocupar cargo de Procurador, de Auditor, do Tribunal de Contas, já entra com 15 anos de serviços!

E, recentemente, um dos jornais de nosso Estado, divulgava que um Conselheiro, Borsari Netto, ex-Deputado, se aposentara com quarenta e um anos e onze meses de serviço público, quando ele completava 45 anos de idade.

Ou seja, esse membro do Tribunal de Contas estava se aposentando com quase 42 anos de serviço público, contados esses 15, e com 45 anos de idade. Então, ele teria entrado, no serviço público, com 3 anos de idade!

Então, numa época em que a Previdência Social quer jogar para os ombros dos trabalhadores erros que ela cometeu; numa época em que o servidor público, o funcionário público, não suporta mais a defasagem violenta de seu salário, diante do alto custo de vida; numa época em que os aposentados, os inativos, as viúvas de servidores públicos, não suportam mais o salário que recebem, vem o Estado do Paraná, num ato que só desmoraliza as instituições públicas, consentir e permitir que uma lei inconstitucional, como afirmou e arguiu o Conselheiro Rafael Iatauro, e imoral, seja usada para beneficiar alguns apaniguados dos detentores do poder, no Estado do Paraná.

Disse-me aquele Conselheiro que não é simplesmente o elevado salário de um Conselheiro, de um Auditor, que está em jogo. O que está em jogo é que, dentro de um período pequeno, há uma grande rotatividade de aposentadorias. E aí é que os cofres públicos haverão de sentir os reflexos dessa lei.

Então, venho à tribuna, fazer um apelo ao Sr. Governador no sentido de que encaminhe a esta Casa - sob pena de ser conivente com o que daqui para a frente ocorrer a respeito desse fato - uma matéria visando revogar o artigo dessa lei que, subrepticamente, fora aprovada por esta Casa, numa demonstração de má fé, e que nós, este Poder não poderá, de forma alguma aceitar passivamente, que uma lei imoral como essa esteja em vigor.

Em nome dos cofres públicos e do povo do Paraná, é que faço este apelo, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, já no ano passado, reconhecendo a situação difícil do funcionalismo público estadual, em face da alta do custo de vida e da inflação galopante que se tem verificado nesses últimos anos, no País, requeremos ao Sr. Governador, perante esta Casa, no sentido de que se concedesse ao funcionalismo público, um abono de emergência e isto já a partir do mês de julho.

Como nós, outros Deputados também, se não me falha a memória, o Deputado Edilson Alencar, do PP, também teve o mesmo posicionamento.

Os nossos apelos, no entanto, não foram ouvidos, pelo Sr. Governador, naquela oportunidade.

Agora, vem uma Mensagem Governamental propondo um abono de emergência que será pago a partir de outubro, como se o salário já não estivesse defasado há muito. E eu entendi até que esse abono que entendo justo e necessário, já devesse estar sendo pago ao funcionalismo, a partir de junho, mas se propõe a partir de outubro, ainda com a condição de se fazer a compensação nos próximos aumentos que virão, por certo, a partir do mês de janeiro. Nós queremos, aqui, desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrar a nossa estranheza quanto a essa mensagem, às características da mesma, e primeiro, porque ela não atende às necessidades do momento; ela já vem extemporaneamente, vem tardiamente, porque a essa altura os funcionários já estão sofrendo bastante, estão, por certo, muitos deles, passando necessidades básicas nas suas casas.

Estranhamos, por outro lado, porque nós estamos num ano pré-eleitoral e assim se mostra agora o Governo, quando já se propõe até, a ser candidato nas próximas eleições do ano que vem, já se mostra sensível; quer dizer, é uma investida política. Então, nós queremos colocar aqui a nossa estranheza quanto a isso e, nesse mesmo sentido também, já vem o Prefeito da Capital, candidato, com o seu nome nas ruas — como ele mesmo propala — propondo, também, uma falsa demonstração de sensibilidade humana para com o funcionalismo público municipal, apenas agora o abono de emergência, como se isso não estivesse ocorrendo já nos anos anteriores, a sua necessidade. Por que é que nos anos anteriores não se procedeu da mesma forma? Não atenderam aos nossos apelos, não só deste Deputado, mas que foi reconhecido por esta Casa, e que não eram anos pré-eleitorais, não eram anos políticos e que ainda nem se cogitavam candidaturas, nomes de possíveis candidatos? Quer dizer, nós temos aí, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma demonstração de que os homens que estão no Poder não fazem nada a não ser para tirar vantagens próprias, pessoais, não se faz nada, a não ser para tirar vantagens eleitorais e, isto, é preciso que se acabe neste País, é preciso que os políticos tomem consciência das suas responsabilidades e ajam em favor do povo, da comunidade, honrem os seus postos, os postos que ocupam.

Quero deixar o meu protesto aqui, por esse comportamento que eu não acho digno de um homem que está no Poder e que tem a responsabilidade de conduzir a coisa pública, com grandeza, com dignidade, com altivez.

Este, o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e, dizer mais: da apreensão do funcionalismo público estadual quanto à compensação que deverá se fazer com esse aumento de emergência, que já vem tardiamente, e que é um aumento que não satisfaz às necessidades básicas, principalmente daqueles que ganham minguados salários.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ante o anúncio da possível interacionalização da exploração do xisto, uma voz firme logo se levantou, a do Senador José Richa, exatamente de que, esta política de tornar o País cada vez mais dependente de capitais externos alegando a necessidade de pagar a dívida, é uma aberração, pois aumenta o endividamento brasileiro, desnacionaliza os nossos recursos e o nosso parque industrial e agrícola, e, entrega fatais do País a grupos estrangeiros para, num futuro remoto e impreciso, reequilibrarmos nossa balança de pagamentos e nossas dívidas.

Já tem sido acentuado, por economistas sérios, que, o Brasil está vivendo uma administração da dívida externa e dos compromissos com capitais internacionais em sua política econômica. E acrescenta mais, o Senador: “É preciso levantar-se contra essa política de entreguismo, os paranaenses precisam levantar-se contra essa política de entreguismo e dizer que é chegada a hora de mudar, e, como se trata de legítima defesa do território e das riquezas do Estado e do Brasil, todos os meios serão válidos e sugeriu ainda o Senador peemedebista, que o Governo Federal reorganize as suas prioridades, e dê à exploração do xisto, lugar de destaque em seu programa de investimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo mais uma vez oferece a opção da indignidade, da subserviência que atenta contra a consciência nacional. Propõe sem qualquer pejo que se entregue à exploração estrangeira, nossas reservas

de xisto betuminoso.

Abre ao capital imperialista a exploração de nossas fontes alternativas de energia, da mesma forma que entregou nossas principais reservas de riquezas nacionais, e também a força de trabalho dos brasileiros, transformados em mão-de-obra barata para o enriquecimento das multinacionais.

Quanto mais se aprofunda a crise econômica, mais alto é o capital estrangeiro, mais dependente a nossa economia, dirigida por um Governo que coloca acima de tudo, os interesses externos que atuam aqui sob sua complacência e admiração, e isso vale para o Governo Federal como vale para o Governo Estadual que tem aqui um agente, o General Ney Braga.

Os defensores do capital estrangeiro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sempre disseram que a sua presença se justificava em nosso País porque ele trazia tecnologia e recursos para o nosso desenvolvimento. Repito, Senhor Presidente, os defensores da intromissão e presença do capital estrangeiro sempre disseram que a sua existência aqui, era justificada porque trazia tecnologia e também recursos. Esse argumento desgastado e vazio está evidenciado no desastre produzido nos últimos 17 anos. O argumento que nesse caso, da entrega de nossas reservas de xisto, como acontece com o PRÓ-ÁLCOOL, não pode ser utilizado, porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fomos nós que levantamos as jazidas, nós que desenvolvemos a tecnologia de sua exploração rentável, nós que construímos uma usina protótipo para desenvolver as pesquisas necessárias. Estão aí os dados da própria PETROBRÁS, desde 1960 fazendo pesquisas, investindo milhões e milhões de cruzeiros, estudando a famosa formação Irati que se estende de São Paulo ao Rio Grande do Sul e este processo levou o denominado PETRO-SIX testado e aprovado na usina protótipo de Irati, que desde 1972 funciona em São Mateus do Sul.

Ora, Senhor Presidente, quando digo nós, digo dos recursos nacionais, da utilização de técnicos brasileiros, de investimentos realizados a partir da economia interna, em que cada cidadão brasileiro participou dos recursos canalizados para as explorações de uma usina protótipo em São Mateus do Sul.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, agora que esta tecnologia foi desenvolvida, agora que os recursos foram absorvidos nesses vinte anos de pesquisa, diz o Governo que é necessário entregar as reservas de xisto à tecnologia desenvolvida, os recursos investidos na exploração de empresas estrangeiras, e mais grave, submeter, como de tradição nesses Governos inaugurados depois de 64, nossos trabalhadores como sendo escravos da exploração insana dos grupos estrangeiros.

Não podemos em hipótese alguma, Senhor Presidente, deixar de sepultar aqui essa falsa proposta de que nós não temos “know-how”, a PETROBRÁS fez essa experiência, depois de vinte anos pesquisando, estudando, processando através da usina protótipo de Irati, fazendo com que nós tenhamos já, a produção de muitos metros cúbicos por dia com a utilização de mais de 2200 toneladas-dia.

Agora, que isto já está absorvido, que a experiência brasileira teve esse conhecimento, esse “know-how”, essa tecnologia, quer se entregar às mãos dos estrangeiros. E o crescimento da propriedade do domínio estrangeiro, compromete cada vez mais o futuro deste País. Nossa independência e soberania não são preocupações daqueles que ocupam o Poder, no Estado e na União, mas é cada vez mais um dos traços marcantes que separam o povo brasileiro deste Governo e deste regime. Ainda mais agora, quando já não há mais qualquer preocupação em mascarar uma política entreguista, mesmo porque, a política econômica atual não resta outra opção de continuidade, a não ser, a representação dos interesses alienígenas.

Agora que isto já está absorvido, que a experiência brasileira teve esse conhecimento, esse "know-how", essa tecnologia, quer se entregar às mãos dos estrangeiros. E o crescimento da propriedade do domínio estrangeiro, compromete cada vez mais o futuro deste País.

Nossa independência e soberania não são preocupações daqueles que ocupam o Poder, no Estado e na União, mas é cada vez mais um dos traços marcantes que separam o povo brasileiro deste Governo e deste regime.

Ainda mais agora, quando já não há mais qualquer preocupação em mascarar uma política entreguista, mesmo porque, à política econômica atual não resta outra opção de continuidade, a não ser, a representação dos interesses alienígenas.

Diz o Governo, Sr. Presidente, que o xisto não se inscreve entre os produtos sob a proteção do monopólio estatal do petróleo. É a PETROBRÁS que nos diz, que o xisto não está incluído no monopólio estatal do petróleo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta não é a forma de discutir a questão.

Primeiro, porque a luta popular desenvolvida na década de 50 até o início da década de 60 para estabelecer o monopólio estatal do petróleo, criando e preservando a PETROBRÁS, todos sabem, tinham em seu espírito, a defesa de todas as nossas reservas de petróleo e afins. Também, como forma de garantir nossa soberania, nossa independência, a nossa autonomia em relação aos recursos energéticos fundamentais para o nosso desenvolvimento.

O Sr. Deni Schwartz — Permite-me um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida, Sr. Deputado.

Após tratamento adequado, o óleo de xisto é conhecido como óleo cru sintético e pode ser processado em refinarias de forma idêntica ao petróleo do poço. Também o gás de xisto é o sucedâneo do gás de cidade, tanto o óleo como o gás de xisto podem ser usados como insumo na indústria petroquímica, conforma informam os nossos técnicos.

É a PETROBRÁS que pesquisou. É o dinheiro de cada brasileiro canalizado no super-faturamento da gasolina, de tantos outros produtos, como também dos impostos diretos e indiretos que serviram para que tivéssemos recursos para fazer a pesquisa e apresentar resultados.

Agora, quer se entregar à exploração multinacional como se entregou o resto do País.

Sr. Presidente, os atuais dirigentes da PETROBRÁS, lá instalados para destruir o monopólio estatal como indica o seu comportamento, afirmam que o xisto não deve ser protegido pela PETROBRÁS. E abro um parêntese aqui, para deixar a nossa opinião muito clara - a PETROBRÁS é e deve ser um dos maiores orgulhos da Nação brasileira, uma empresa que merece de todos nós o maior respeito. O que está ocorrendo, são os maus condutores da PETROBRÁS, o Governo que dirige a PETROBRÁS é que é ruim, que é pecaminoso aos interesses brasileiros, que é tendencioso e entreguista - não a PETROBRÁS.

Mas, esses técnicos afirmam que o xisto não deve ser protegido pela PETROBRÁS, é preciso traduzir esta afirmação.

Na verdade, afirmam que nossa soberania sobre as reservas brasileiras do xisto, não constituíram conquista do povo brasileiro à época da luta pelo petróleo. E, portanto, do ponto de vista jurídico e formal, estão à vontade com sua consciência e moral, traduzida numa política de entreguismo sem precedentes na história deste País.

Exauridas as reservas, extraído o lucro de nossas riquezas e de nosso trabalho, o imperialismo nos devolve a sucata, a miséria, o resultado da exploração.

Essa tem sido a nossa história. Assim se escreveu a nossa história econômica e social.

Seus protagonistas principais são os representantes do

capital estrangeiro. Seus representantes nacionais, aí estão.

Por acaso, Sr. Presidente, não foi assim na história mais distante?

Quando nós ficamos na verdade com a herança maldita dos problemas sociais e os buracos. Como aconteceu para que nós agora pudéssemos visitar historicamente Ouro Preto. Porque o ouro não ficou no País. Nos ficou a situação terrível do caos social da época e os buracos. Assim aconteceu no Potosi, na Bolívia; assim aconteceu no México, assim acontecerá no Jari; assim acontecerá no Carajás, e assim querem que venha a acontecer aqui em São Mateus do Sul. Sob os aplausos da tecnoburocracia incompetente, entreguista e de alguns Governos, inclusive do Estado, que continuam ainda obscurantistas, omissos e sem uma posição definida. Mas se de um lado, Sr. Presidente, exauridas as reservas, extraído o lucro de nossas riquezas e de nosso trabalho, o imperialismo nos devolve a sucata, a miséria, o resultado da exploração; de outro lado, o povo do Paraná, o povo deste País, sugado até as suas possibilidades, precisa dizer: Não, esta terra tem dono.

A tranqüilidade com que este regime e os seus agentes nos Estados afirmam que devem entregar mais para pagar a dívida externa, por ele realizado, para atender interesses estrangeiros, é incrível, cínica. E quanto mais endividados, mais entregaremos, mais endividados ficaremos, até que a dependência chegue aos termos de fazer desaparecer por completo a dignidade que ainda resta. A dignidade que ainda resta na disposição de nosso povo, em lutar pelos interesses nacionais. Até que já não sejamos mais um povo, que já não sejamos mais uma Nação, e não mais um Estado, para nos constituirmos, como muitos querem, no espaço tutelado diretamente pelos grandes interesses alienígenas.

Onde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, findou o nosso projeto de ser uma Nação independente?

Quando se extinguiu a perspectiva de termos um Governo democrático e popular, capaz de defender os interesses nacionais?

Não é preciso caminhar muito atrás em nossa história.

Afinal os acontecimentos, principalmente pós 64 foram exatamente a reação imperialista e de grupos internos identificados, com o capital monopolista estrangeiro, a um processo de conquistas populares, que indicava para a construção de uma sociedade mais justa, de uma Nação independente.

Sabem todos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que temos condições de explorar o nosso xisto com capitais nacionais, preservando nosso progresso tecnológico neste campo. Sabem todos que a manutenção de nossas reservas de energia sob controle nacional, é básico para projetar um futuro independente. Mas é contra isso que trabalham todos aqueles que hoje defendem a intervenção do capital estrangeiro à exploração do xisto. Para nós da Oposição, como bem colocou o Senador José Richa, acreditamos que ainda reconquistaremos nossa dignidade plena como povo. Nossa soberania há de ser reposta como Nação, e que este País voltará a ser dirigido pelo seu povo, em favor dos interesses sociais mais amplos.

É o mínimo que precisamos fazer agora, para não perdermos tudo no amanhã que chega.

O Deputado Deni Schwartz pediu um aparte.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Nelson, dois aspectos de seu pronunciamento: o primeiro é o aspecto constitucional. Quero lembrar que, há alguns anos atrás, no Congresso Nacional, quando se debateu o problema do xisto, uma Comissão, e num parecer do então Senador Josafá Marinho, ficou claro que o monopólio estatal do petróleo também se estendia ao xisto.

Essa documentação, naturalmente, se encontra no Congresso Nacional.

Portanto, os mesmos homens que burlaram a Constitui-

ção para os contratos de risco, hoje tentam burlar novamente esta tão esfarrapada Constituição, para acabar com o monopólio do xisto, que, de acordo com o parecer do então eminente Senador Josafá Marinho, está protegido na própria Constituição.

E, o segundo aspecto, é o exemplo que nos vem de um País socialista, mais precisamente da Polônia. Talvez o único País do mundo que, proporcionalmente, devia e deve, no mercado internacional, mais do que o Brasil.

É de se perguntar: por que não está interessado o Brasil a trilhar os mesmos caminhos que a Polônia trilhou nos últimos dias, quando, pela pressão popular, a Rússia, a toda poderosa Rússia, se viu obrigada a dar um prazo de cinco anos, protelar por cinco anos, a dívida da Polônia.

E, para que não fiquemos apenas em dois países socialistas, a gente poderia ir mais longe: a própria Alemanha Ocidental também está protelando este prazo.

Isso demonstra claramente que o que falta neste País, são brasileiros do Governo. Porque os homens que estão lá, não são brasileiros; podem sê-lo apenas no seu registro de nascimento.

Mas, estão lá para fazer apenas a política dos grandes grupos internacionais.

Porque, se para a Polônia, a Alemanha pode prorrogar o prazo para as suas dívidas, porque não o faz para o Brasil, ela que também explora este País subdesenvolvido, e daqui tem tirado sangue e suor, principalmente através desse famigerado contrato do acordo nuclear.

Portanto, nobre Deputado, este é um outro aspecto.

Se quer entregar este País. Há que se ter em conta que isto é altamente competente por parte daqueles que gerem os nossos negócios. Endividaram o Brasil, comprando "matéria plástica", por ser clássico o exemplo da matéria plástica; encheram o Brasil com modismos do mercado internacional, e, hoje, ainda, vi nesta Assembléia, um abaixo-assinado pedindo mais um aparelho telefônico mais sofisticado no gabinete de cada Deputado.

Para que?

Para comprarmos mais um aparelhinho que vem das multinacionais.

Porque este Brasil parece ser tão incompetente, que basta chegar na frente de um poste da COPEL e ver que aquela presilha que segura o fio do pára-raio está lá escrito — aquela presilhasinha de metal vem dos Estados Unidos, de Denver, no Colorado.

Então, minha gente, se endividou o País para isso, para termos telefones mais sofisticados em nossos gabinetes, quando nós sabemos que tem Deputado aqui que nem telefone tem no seu gabinete porque acha que não é necessário. Temos Deputados que não têm nem conta telefônica.

Agora, quem quiser, vai ter mais um para a COPEL, para a TELEPAR que já está no interior, fazendo extensões em todas as casas, como sendo uma necessidade, endivide mais o País, para que, endividado, ele fique mais dependente, e dependente, então, se entregue, como se está entregando Carajás, e se quer entregar o xisto.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, e poderia até resumir-lo dizendo que a expressão é tão popular mas é um mandamento: "quem deve demais, não é dono de si e nem do que tem".

Aí quebra-se a independência econômica, social, política e cultural de qualquer Nação.

É a isso que nos levaram e todos aqueles que são co-responsáveis, porque avalizaram esse sistema, esse regime, esse governo.

Mas, essa questão de não se incluir no monopólio do petróleo, o xisto, exatamente nos exarcebou à revolta, porque

lendo um dos últimos boletins do Serviço de Relações Públicas e Divisão de Relações do País, Setor de Relações Nacionais da PETROBRÁS, nos coloca que, no Brasil, o xisto não está incluído no monopólio estatal do petróleo exercido pela PETROBRÁS.

Ora, se quando, depois de uma luta popular, intensa, mobilizadora, em cima de "O Petróleo é Nosso", da década de 50, construiu-se uma legislação que o monopólio do petróleo seria exercido estatalmente pela PETROBRÁS, é óbvio que, à época, não havia necessidade de se estender a todas as propostas energéticas, afins e alternativas.

Mas, o espírito está inserido dentro dessa legislação. E a PETROBRÁS quer desmentir, em um dos seus últimos boletins, quando fala do xisto do Paraná, do xisto de toda essa extensão, de São Paulo ao Rio Grande do Sul, de que não pertence ao monopólio estatal da PETROBRÁS.

Mas é óbvio, abre-se o expediente para facilitar o entreguismo.

Final de contas, nesta semana, estava grande imprensa do Rio e de São Paulo, publicando a presença de 16 grandes empresários estrangeiros, norte-americanos, para vir conhecer os detalhes da exploração da Usina Protótipo de São Mateus.

Um detalhe, Sr. Presidente, desde 60, antes até, quando se iniciaram esses estudos, a PETROBRÁS se arrogou o direito de exclusividade de explorar a questão. E isso digo, porque ainda hoje, procuramos falar pelo telefone, falar com membros da MINEROPAR, que nos disseram que a questão do xisto é da PETROBRÁS.

Ela toma a providência, promove a pesquisa, desenvolve a tecnologia, portanto, temos "know-how", e agora que a coisa está posta, que a Usina Protótipo de São Mateus, está em funcionamento, dando resultados, quer se entregar ao capital estrangeiro.

Sob a falsa idéia - repito - que está nas mãos de tantos brasileiros, alguns inocentes úteis - de que não temos tecnologia, como já fizeram com o próprio Pró-Álcool.

Sr. Presidente, quero concluir dizendo, porque traduz uma realidade maior, a riqueza deste País não nos pertence, a continuar essas pendências, como a de internacionalização do xisto.

Porque este Governo quer é inviabilizar a partilha da renda do Brasil. E inviabilizando, está fazendo com que seja impossível uma meta de integração popular no desenvolvimento nacional.

Ou o Brasil cresce para dentro, num comportamento filosófico nacional, sério, na sua proposta e de ação do Governo, obstruindo portanto a voraz alienação de nossas riquezas, obstruindo a presença do monopolismo estrangeiro em cima de nossos recursos, liquidando, portanto, a nossa independência, ou fazemos isso, ou não libertaremos este País e permaneceremos colonizados e não veremos o povo paranaense, brasileiro, participando do desenvolvimento. E jamais a Nação será soberana e nunca decidirá o nosso próprio destino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, realmente, o problema do xisto me parece que é o ponto fundamental, hoje, e agora, de discussão em todo o Estado do Paraná. Porque, dele dependerá uma série de programas e de metas do próprio Governo Federal, e, dizer-se que o xisto não está inserido dentro da abrangência que faz, da PETROBRÁS, a detentora do monopólio, ou faria, ou fez a detentora do monopólio do petróleo, isso, é sofisma. Porque se não tivesse o resultado de petróleo sintético extraído do xisto, nem se poderia aventar da sua extração. É evidente que é uma colocação de natureza técnica, para enganar ou menos cuidadosos; agora, o que deveria ser discutido e isso que eu acho, Deputado Nelson, uma grande derivação para desviar a

atenção de todos os empresários e das autoridades principalmente paranaenses, da classe política, é de que, a exploração do xisto demanda a nível comercial e industrial, demanda à quantia de dois bilhões e meio de dólares. E a pergunta é a seguinte: teremos dois bilhões e meio de dólares para explorar o xisto? Eu respondo exatamente da seguinte maneira: se tem quase doze bilhões para explorar Itaipu de cuja quantia nós estamos nos beneficiando apenas da metade mas pagando pelo todo, por que não haverá dinheiro para explorar o petróleo, porque o petróleo tem comunicabilidade com todas as camadas sociais, através do transporte coletivo, através de polos petroquímicos, da agricultura, e, de uma série de outras consequências derivadas do próprio xisto, porque, se tem doze para fazer Itaipu, para alimentar as grandes empresas multinacionais do eixo Rio-São Paulo, não haveria de ter dinheiro para fazer esse equacionamento da indústria do xisto, da exploração do xisto?

Esta é a pergunta que fica, Deputado Nelson.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Após ser advertido pela Presidência de que lhe resta um minuto para a conclusão do seu pronunciamento).

Sr. Presidente, como nós voltaremos a este assunto, agradeço o importante aparte do Deputado Fidelcino Tolentino, e, tão somente encaminhando à Mesa um requerimento, para que se envie ao Ministro das Minas e Energia, aos integrantes do Conselho Nacional do Petróleo, aos dirigentes da PETROBRÁS, um telex, com a máxima urgência, solicitando que, o espírito da Lei do Monopólio do Petróleo seja respeitado e portanto em hipótese alguma se distancie o xisto, entre os recursos do monopólio estatal do petróleo.

Tomara que esta Casa possa, com brevidade, atender esta nossa preocupação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Artigo 20 da Constituição Estadual diz o seguinte:

“Os Secretários de Estado serão obrigados a comparecer perante as Comissões, ou Plenárias da Assembléia Legislativa, quando esta os convocar para, pessoalmente (pessoalmente!) prestarem informações acerca de assunto previamente determinado.

Parágrafo 1.º — A falta de comparecimento sem justificação importará em crime de responsabilidade.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, baseado neste Artigo da Constituição Estadual, propusemos, em 28 de maio deste ano, a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, Doutor Fernando Fontana, para esclarecer assunto específico conforme consta no respectivo requerimento, assunto relacionado com o BADEP — Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — e que já foi altamente debatido neste Plenário.

Passado todo este tempo, na tarde de ontem a maioria desta Casa, em pleno direito de maioria, resolveu rejeitar esta convocação, no que estava no seu direito: logo após, o Senhor Líder da Maioria explicou ao Plenário que a sua Bancada assim procedia, tendo em vista que as explicações a respeito do assunto a que se referia o requerimento, já teriam sido prestadas a esse Deputado ou à Liderança da Oposição, ou do PMDB.

Senhores Deputados, além deste Poder ter-se auto-diminuído ontem como o vem fazendo há muito tempo, alguém está trapaceando nesta questão. Primeiro, este Deputado não recebeu até o presente momento, qualquer ofício, carta ou informação a respeito das denúncias que fizemos com relação ao Banco de

Desenvolvimento do Estado do Paraná; segundo, cobrada a Liderança do meu Partido a respeito do assunto, também fui informado que à nossa Liderança, tal informação não chegou, terceiro, teria afirmado o Senhor Secretário da Indústria e Comércio que teria — portanto, no condicional —, de que as explicações teriam sido dadas a este Deputado, e na verdade, isso não ocorreu. A única vez que por telefone conversei com o Senhor Secretário, após esse requerimento, foi quando ele, num programa da Rádio Cidade, e perguntado sobre o assunto, deu algumas explicações, e a bem da verdade, se prontificou em vir esclarecer o povo paranaense aqui na Assembléia Legislativa. Nada me faz crer que a recusa da vinda do Senhor Secretário a este Plenário, tenha partido dele próprio, e se estiver gravado na Rádio Cidade, poderá ser confirmado, naquele programa ele se prontificava a vir a essa Casa prestar os esclarecimentos devidos.

Da maneira como as coisas vão, acaba acontecendo aquilo que foi insinuado ontem pelo Senhor Líder da Maioria, que o requerimento seria político. E aliás, há que se acabar com essa história de que tudo é política, porque na verdade, tudo é política. Afinal de contas, pedir informações a um Banco oficial do nosso Estado, cumprindo a nossa obrigação e de acordo com a Constituição, não é um ato político? É proibido falar nesta Casa em política, ou será que iremos dar razão à sociedade brasileira que está sendo levada a crer que os políticos têm lepra? Porque é isso assim que parece estar pensando a sociedade em relação a nós. Então, na insinuação, inclusive, de que haveria demagogia, fica muito mal o Governo do Estado, o Senhor Governador fica muito mal, porque há também que se reconhecer, que quando aqui o PMDB solicitou a presença dos diretores do BADEP para esclarecer as transações com a Volvo que haviam sido nos jornais confirmadas pelo Senhor Secretário Fernando Fontana, o Senhor Governador teve de intervir — isso dito na palavra do próprio Líder do PDS — e foi o Líder do PDS que daquela tribuna inclusive agradeceu a Oposição por ter alertado de uma transação que o próprio Senhor Governador condenou e a Oposição não fez demagogia alguma, a Oposição não fez politicalha, porque a Oposição inclusive concordou, concordou em retirar o requerimento pedindo a vinda do Senhor Secretário.

Por isso me parece que o nobre Líder do PDS incorreu num erro ao acusar ou ao insinuar que fazíamos demagogia.

Poderíamos sim ter feito demagogia em cima da transação da Volvo e não o fizemos. Poderíamos até ter explorado que o Senhor Governador não sabia da transação, tanto que pediu à sua Liderança que conversasse com os homens do PMDB e acima dos nossos interesses, colocamos os interesses do nosso banco estatal e retiramos o requerimento. Senhores Deputados, o Sr. Fernando Fontana não virá aqui, mas isto, não por culpa dele, mas a maioria desta Casa me autorizou há partir de ontem, a duvidar da honestidade dos negócios do BADEP.

Porque, Srs. Deputados, através dos jornais e para diminuição deste Poder e através dos jornais que nós podemos saber das coisas deste Estado, nós da Oposição, através dos jornais, eu vejo as declarações do Sr. Fernando Fontana em carta que teria dirigido ao Presidente desta Casa, esclarecendo sobre o assunto. Eu vou confiar nesta carta que li através dos jornais, mas, tenho direito, tenho obrigação de desconfiar e de afirmar, que o Paraná foi traído nos seus interesses.

Senão vejamos, está aqui, Srs. Deputados, a operação Itaipu, e este texto teria sido extraído desta carta, que teria vindo para a Assembléia — “a operação Itaipu foi viabilizada graças a recursos do FINAME, na ordem de dois bilhões, não envolvendo também, recursos próprios do BADEP ou do Governo do Estado”. Muito bem. O que diz o Sr. Ney Braga na sua mensagem a esta Assembléia — “no setor de geração de eletricidade, o BADEP destinou recursos no montante de 2,8 bilhões para Itaipu-Binacional e de 322 milhões, para a COPEL”.

No esclarecimento do Sr. Secretário que não me satisfaz, faltam 800 milhões de cruzeiros que, segundo ele, não são recursos do BADEP e nem do Governo. E de onde apareceram esses recursos? De outros bancos? A que juros? Em que taxas?

Eu tenho direito de saber como estão operando o dinheiro do meu Estado. Porque, se nós não temos esse direito, então, era melhor que se fechasse a Assembléia.

Senhores tem mais, o Sr. Secretário diz o seguinte: "a operação Furnas, que se refere à implantação do sistema de transmissão da Usina Itaipu, inclusive duas sub-estações em território paranaense, foi feito através de um "pool" nacional de 13 bancos de desenvolvimento num valor de 36 bilhões — a FINAME contribuiu com 32, cabendo aos restantes, 4 bilhões, aos bancos de desenvolvimento. Dos quais ao BADEP o montante de 400 milhões. 400 milhões, com recursos oriundos de captação efetuadas no mercado financeiro".

Nesse Brasil, chegamos ao ponto, em que um banco estatal sai a correr no mercado financeiro para arranjar dinheiro para outro estatal. Se tira o dinheiro do FINAME se passa para o BADEP, o BADEP passa para Itaipu. Em cada degrau desses, taxas violentas vão ficando e, quando o dinheiro que saiu de um banco chega até sua obra, esse dinheiro está altamente onerado e portanto, onerando o bolso do povo brasileiro.

Enquanto isso uma estrutura toda, da elite, dos diretores, dos altos funcionários ficam a ganhar de acordo com o lucro que apresentara aquele estabelecimento. E aí o perigo, porque é um lucro fictício, é um lucro de um banco para outro. Dinheiro sem gerar riqueza, dinheiro apenas gerando dinheiro para os magnatas que dominam esse sistema.

Finalmente, Sr. Presidente, encerro para dizer que persiste a dúvida não só minha hoje, mas do empresário que me procurou ou dos empresários que me procuraram, para perguntar e tirar esclarecimento. Por que o BADEP teve dinheiro para repassar cerca de 6,8 bilhões para Itaipu e para Furnas, e não teve dinheiro para a indústria paranaense, para o qual durante o ano todo, apenas repassou 2,9 bilhões de cruzeiros.

Fica dúvida, Srs. Deputados, nesta frase do Sr. Secretário.

Cabe finalmente afirmar que operações de grande densidade financeira, como as citadas, são de importância para o desenvolvimento nacional e estadual. No seu ponto de vista, Itaipu é o grilhão que vai esterizar centenas de alqueires deste Estado: interessam ao desenvolvimento estadual, no seu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concluirei, Sr. Presidente.

Como as citadas, são de grande importância para o desenvolvimento nacional e estadual, contribuindo também para o aumento da receita dos órgãos repassadores, pela remuneração que lhes é devida. Volta, novamente, Srs. Deputados, um banco a passar para outro Banco, taxas sobre taxas, enquanto que o povo, na hora de pagar os seus impostos, na hora de pagar as suas taxas, se vê onerado. É por isso que na derrota do requerimento que fizemos fica antes e acima de tudo, mais uma vez, a derrota deste Legislativo, que abriu mão de um seu direito, de esclarecer o Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina).

Havendo declinado, a mesa consulta à Liderança do Partido Popular.

Com a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em 12 de junho de 1980 apresentamos nesta Casa o Projeto de Lei sob número 81/80, com o devido apoio da maioria da Bancada da Oposição, cujo projeto tem por finalidade a revogação do artigo 3.º, da Lei 7.317, de 28 de maio de 1980.

Como sabemos, referido artigo surgiu em função de uma emenda apresentada nesta Casa, emenda pela qual novidades viriam a surgir, permitindo que o assunto extrapolasse. Que ganhasse inclusive noticiário nacional. E que depois, ganhasse muito destaque também entre nós. E o que eu me lembro de mais importante naquela ocasião, quando 15 dias após, a sanção da Lei 7.317, desta tribuna, fiz um apelo ao Sr. Governador Ney Aminthas de Barros Braga, para que Sua Excelência aguardasse ao menos, que esta Casa Legislativa pudesse definir-se. Pudessem apreciar aquele projeto de lei que, 15 dias depois, propunha a revogação do artigo 3.º da lei 7.317. E que desta forma e nestas condições, não fizesse uso do artigo que permitiria as aposentadorias que aí estão comentadas e inclusive merecendo repúdio dentro do próprio Tribunal de Contas do Paraná.

E Senhores, recentemente, leio pela imprensa, quando o entrevistado Sr. Governador Ney Braga, do Norte do Paraná, Sua Excelência, para defender-se, lembrava que a lei era originária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e como consequência, era amoral.

Mas, a nossa discussão ficou em outro campo. Estávamos realmente preocupados. Era apenas e tão somente que pudéssemos definir. O artigo, como todos lembram, foi aprovado, através de emenda de Plenário, uma emenda aditiva e que entendemos, emenda que devia não ter sido recebida pela Mesa, porque ofendia o § 5.º do artigo 140 do Regimento Interno, já que não tinha tal emenda, nenhuma relação direta e imediata com a matéria da proposição principal tratada na ocasião.

Em 16 de junho de 1980, o projeto que apresentamos, foi encaminhado para parecer da CCJ desta Casa, e vejam os Senhores, a lei sancionada a 28 de maio, 15 dias depois, teve aqui apresentação de outro projeto, pela revogação do artigo 3.º. E eu confessei, da tribuna, o cochilo que efetivamente houve, mas cochilo que não foi corrigido nem pela Presidência da Casa da época e muito menos pelo Sr. Governador que preferiu a sanção.

E no dia 16 de junho vai o projeto que revogava o artigo 3.º, encaminhado à CCJ. É designado no dia 19 de junho de 1980 o Sr. Deputado Ailton Cordeiro, como relator, e o parecer é aprovado somente no dia 26 de novembro, depois de cinco meses. Parecer pela rejeição, sob a alegação da inconstitucionalidade do projeto de lei. Segundo o relator da matéria, "escapa do âmbito deste Parlamento, a iniciativa, visto tratar-se de vantagens funcionais".

Curioso parecer, considerando que a emenda do benefício fora proposta também por um Deputado desta Casa.

"Quem pode o mais, pode o menos".

O projeto não aumenta a despesa, pelo contrário, evita que se aumente a despesa".

Mas, devo reconhecer que na decisão da CCJ, os eminentes Deputados Fidélcio Tolentino e Adalberto Daros votaram favoravelmente ao projeto de lei, mas foram votos vencidos na Comissão.

No dia 27 de novembro de 1980, referido projeto é distribuído para a Comissão de Recursos Humanos, e, pasmem, Senhores, continua na Comissão de Recursos Humanos.

Pasmem, por uma razão muito simples, e por esta razão simples é que desejo dirigir-me à Presidência da Casa e à Mesa Executiva.

No dia 3 de agosto recente, esta Casa aprovou um requerimento firmado pelo ilustre Deputado Edilson Alencar, vazado nos seguintes termos: "SÚMULA — Requer regime de urgência

para o Projeto de Lei n.º 81/80. O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 81/80, que objetiva revogar o artigo 3.º da Lei 7.317, de 28/05/80. Ou seja, um ano, dois meses e seis dias depois da propositura do referido projeto de lei, um companheiro meu de bancada pedia regime de urgência, para que, pelo menos, pudesse esta Casa se manifestar, uma vez que durante o recesso, tentamos evitar tal procedimento, porque continuávamos acreditando que o Sr. Governador do Estado haveria de sensibilizar-se com o apelo que fizéramos desta tribuna, e certamente iria aguardar que esta Casa decidisse.

Mas, Sr. Presidente, passam 17 dias do regime de urgência. E quando contato com as Comissões, sou informado de que a decisão deste Plenário parece que não valeu. Porque, ainda ontem, fui informado que ele continua na Comissão de Recursos Humanos.

Desrespeita-se, assim, o próprio Regimento da Casa, que dá um prazo de 48 horas para que a Comissão se manifeste. E, em caso contrário, o projeto vem para a pauta, para entrar na Ordem do Dia.

Por essa razão, que venho à tribuna, porque não quero, amanhã, ser chamado de conivente. Porque, entendo que, na pior das hipóteses, pelo menos esta Casa, que defina a posição que deverá tomar.

Porque este caso, Srs. Deputados, hoje ainda, depois de já termos notícias de que o próprio Conselheiro Rafael Itauro, do Tribunal de Contas, já representou pela inconstitucionalidade do referido artigo, hoje leio "A Folha de Londrina", e tomo conhecimento de uma notícia de que o ex-Deputado Federal, Alencar Furtado, declarou, ontem, que vai entrar com uma ação popular contra os atos do Tribunal de Contas, aposentando Conselheiros com base na lei dos 15 anos.

Diz o ex-Deputado Alencar Furtado:

"Vou entrar com uma ação popular para sanear a administração pública do Paraná, que está dando 15 anos, de mãos beijadas, aos Conselheiros para completarem o seu tempo de serviço. E o faço em defesa dos interesses populares e dos atos lesivos aos cofres públicos do Estado do Paraná."

O que quero entender, Sr. Presidente, é que, pelo menos, o que desejamos, é que possamos ter oportunidade de discutir, de aprovar ou ver rejeitado, o projeto de lei que traz não apenas a minha assinatura, mas é firmado pela maioria dos Srs. Deputados dos partidos da Oposição que, na ocasião estavam presentes e assinaram este documento. E porque é um projeto de lei que apresentamos 15 dias depois da aprovação.

Não é possível que quando entendemos que algum erro cometemos, que algum cochilo tivemos, não possamos, pelo menos, ter a oportunidade de tentar renegar, acertar, corrigir, aquele erro que tenhamos cometido.

Em nenhum momento neguei, sempre que vim à tribuna a respeito deste assunto, sempre nos pronunciamentos que fiz, nunca neguei que houve cochilo, na aprovação. Mas, não é possível que, por um cochilo, ou para sabermos se alguém mais cochilou, que se dê a Casa a oportunidade de, pelo menos, sujeitar-se a uma decisão, de ouvir os pronunciamentos, de sentirmos e sabermos o pensamento de cada um dos Srs. Parlamentares.

É este o apelo que, desta tribuna, dirijo à Mesa Executiva, para que fiscalize os departamentos responsáveis e para que tenhamos uma definição, especialmente, em se tratando de outra decisão tomada por esta Casa, em conceder o regime de urgência, ao presente projeto de lei.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para cumprimentar Vossa Excelência e dizer que a nossa Bancada está solidária com a sua iniciativa, com o seu projeto. E também para reafirmar a nossa tristeza em ver que

uma emenda é aprovada de maneira sub-reptícia e até com uma certa dose de má fé. E que o projeto, sobre o mesmo assunto, recebe o parecer de inconstitucional, porque, ao Deputado, não cabe a iniciativa de matéria desse tipo.

Mas, é aquilo que Vossa Excelência afirmou, sendo o Líder do Governo apoiado por mais de meia dúzia de Deputados do Governo, em entendimento com o Sr. Governador, é válido. Agora, quando um Deputado da Oposição que descobre que houve realmente um cochilo e que esse cochilo, há meses, na época, eu tive também, é responsável, a iniciativa desse Deputado de Oposição, ela é acoimada de inconstitucional.

A grande verdade, nobre Deputado Dácio Leonel, é que o Governador do Estado é o grande responsável por tudo isso. E ele vem publicamente encaminhar mensagem revogando esse artigo — já que é de sua competência ou então, ele passará como conivente dessas aposentadorias que estão para ser deferidas, por Sua Excelência.

É uma imoralidade, além da ilegalidade argüida pelo próprio Conselheiro Rafael Itauro, em voto que proferiu em vários pedidos de aposentadorias, vários membros daquela Corte, além da inconstitucionalidade, é uma vergonha, é uma imoralidade o que acontece no que diz respeito a esse aspecto, e este Poder que representa o povo, pelo menos é o que se diz, não pode compactuar com isto, num Estado que está empobrecido, num povo desempregado, numa época de crise em que os servidores públicos, os funcionários aposentados, os inativos estão recebendo um salário de fome, nós consentimos que, aposentadorias elevadíssimas, monstruosas, injustas, imorais, aconteçam em outros elementos que estão para deixar a vida política para assumirem cargos no Tribunal de Contas, e por certo também haverão de ser beneficiados com esta lei, antes do término do Governo Ney Braga?!

Vossa Excelência está de parabéns e o nosso Partido estará dando integral apoio para essa sua iniciativa, e, lamentamos mais uma vez, pertencemos a um Poder que, de um lado protege a imoralidade, e, por outro, desrespeita a moralidade! Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Quero agradecer o brilhante aparte do Deputado José Tavares ao nosso pronunciamento, e devo dizer também, Sr. Presidente, que fico a pensar no que estariam pensando os homens que pretendem dar aposentadoria aos 60 anos de idade, com 35 anos de serviço, quando, aqui, temos um exemplo desse! E devo dizer mais: que foi feliz o Deputado Tavares, ao fixar bem, a posição do Governador Ney Braga. Porque a verdade é uma só: eu diria que, ele, é totalmente, o responsável. Totalmente porque, quando lhe chegou às mãos a Mensagem por ele encaminhada, com a Emenda, estranha ao projeto, Sua Excelência não utilizou do poder de veto porque lhe convinha a emenda, e, além do mais, não pode dizer por aí que, foi cria desta Casa Legislativa e por isto está sendo cumprida, porque, há um apelo patético nosso, feito no dia da apresentação deste projeto de lei, pedindo ao Sr. Governador que, não utilizasse do Artigo 3.º da Lei, enquanto esta Casa não decidisse aprovar ou rejeitar o referido projeto de lei; agora, se ele ficou engavetado pelas gavetas das Comissões, lamentavelmente o problema já não é nosso. E é por esta razão que continuamos apelando e esperando que possamos, de qualquer forma, definir aqui, decidir aqui, para que aqueles que entendam que é correto o que está acontecendo com a aposentadoria dos 15 anos, vão ter que vir aqui e votar contra o projeto de lei!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/80, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que denomina “Prefeito Moacir Correa”, a rodovia PR-517, trecho que liga Andará a cidade de Itambaracá. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

23 Srs. Deputados aprovam; um Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para votação e sim para prosseguimento da sessão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a “Associação Escola Suíço-Brasileira de Curitiba”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/81, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que introduz alterações no texto da Lei n.º 6149, de 09 de setembro de 1970. (Regimento de Custas Judiciais). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 38/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — O Art. 13 da Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 — As custas devida à Ordem dos Advogados, às Associações dos Magistrados, do Ministério Público, dos Serventuários da Justiça e à Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça e à Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, administrada pelo Instituto Assistência e Previdência dos Servidores do Estado do Paraná (I.P.E.), serão recolhidas mensalmente, incumbindo ao Distribuidor fazê-las encaminhar às respectivas entidades.

Parágrafo único — As custas devidas à Associação dos Serventuários da Justiça e Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, serão cobradas globalmente, devendo esta última repassar mensalmente 30% da arrecadação a Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná.

Art. 2.º — A Tabela VIII, da Lei n.º 6.149/70, aplicados os posteriores reajustes, fica acrescida do inciso IV, com a seguinte redação:

IV — À Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça e Associação dos Serventuários da Justiça, por feito distribuído e por quaisquer feitos ou atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro Cr\$ 0,50.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1981.

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Há mais de 10 (dez) anos, o Regimento de Custas dos atos Judiciais permanecem sem alteração.

À falta de previsão da cobrança do selo de aposentadoria ou algo similar para sustentação do fundo da Caixa de Pensões dos Serventuários é sentida pelos órgãos previdenciários do Estado.

O presente projeto de Lei tem por objetivo evitar que o pagamento das pensões às viúvas de ex-serventuários da Justiça entre em colapso nos próximos meses.

Segundo informações obtidas junto ao I.P.E., se não forem tomadas medidas urgentes, aquele Instituto não disporá de meios para continuar a pagar as referidas pensões.

Com o acréscimo do inciso IV à Tabela VIII da Lei n.º 6.149/70, o depósito daquele pequeno valor pelas partes, a exemplo do que ocorre com as demais entidades ali relacionadas fará com que esse fique momentaneamente solucionado, à espera de que, com a edição de novo Regimento de Custas, possa ser sanado em definitivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 38/81

De autoria do Nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente Projeto de Lei tem por finalidade introduzir alterações à Lei n.º 6.149, de 09/09/70 — Regimento de Custas Judiciais do Estado.

Analisando-se a matéria no âmbito desta Comissão de Justiça, temos que o Projeto de Lei está devidamente justificando como determina o Regimento Interno, e o seu teor não esbarra em qualquer dispositivo quer legal quer constitucional.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 38/81

Trata-se de iniciativa do Sr. Deputado GILBERTO CARVALHO, que pretende introduzir alterações no texto da Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970 (regimento de Custas Judiciais).

Da exposição justificativa, nota-se de maneira clara que há mais de 10 (dez) anos, a legislação que dispõe sobre as custas judiciais permanece inalterada, gerando grande número de problemas tendentes a prejudicar, especificamente a solução de pagamento de pensões às viúvas de ex-serventuários da justiça.

O acréscimo pretendido, por seu pequeno valor, não virá de modo algum, onerar o contribuinte que o recolherá, pois será, por certo, absorvido pelo elenco volumoso de custas a que as partes já estão acostumadas a suportar.

De outra parte, a medida não requer a participação do Estado nesta contribuição.

Assim, tendo em vista a séria intenção de sanar grave irregularidade e evitar o colapso na folha de pagamento das pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, enquanto se aguarda a edição de nova legislação reguladora das custas judiciais, temos como correta a intenção do legislador, motivo pelo qual emitimos nosso parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Írio Bressan, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Mário Coelho, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 20.º aniversário de Emancipação Política de Iporã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente da SUREHMA, consubstanciado em apelo no sentido de sensibilizar o mesmo, para o gravíssimo problema no Rio Xambê, cujo represamento ao invés de proporcionar lazer com o advento de uma praia artificial, veio acrescer os percalços da população que de suas águas se utiliza, em face da crescente poluição que as tornam impraticáveis à diversão e prejudiciais à saúde. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido do mesmo encaminhar a esta Assembléia Legislativa mensagem visando a revogação do art. 3.º da Lei n.º 7317, de 28 de maio de 1980. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Du-

mont, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, contendo votos de congratulações, pelo brilhantismo verificado quando da realização no último dia 15 do corrente mês, da campanha de vacinação contra a poliomielite, extensivos a todos os funcionários. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro das Minas e Energia, aos integrantes do Conselho Nacional do Petróleo, aos dirigentes da PETROBRAS, encarecendo que seja prontamente incluído o Xisto entre os recursos do monopólio estatal do petróleo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, no sentido de que regularizem o pagamento dos professores lotados no Município de Toledo, regidos pela C.L.T. — **Em discussão.**

O SR. PALÁCIOS — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma para amanhã, dia 21, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.